

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

FASUBRA CUT

www.sintufjr.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

**Eleição SINTUFRJ 2010/2012
dias 24, 25 e 26 de agosto**



Comissão organiza pleito e chapas investem em propaganda

A semana passada foi de muito trabalho para as duas chapas que concorrem à direção do SINTUFRJ e também para a Comissão Eleitoral. Os integrantes da chapa 1, Novo Começo, como os da chapa 2, Tribo: Constru-

indo no Rumo Certo, priorizaram a confecção de materiais de propaganda com suas propostas. A comissão se ocupou da atualização dos locais de votação, com base na listagem enviada pela PR-4 com os nomes e as unidades dos sindicaliza-

dos. Votam nesta eleição os filiados ao SINTUFRJ, técnicos-administrativos e docentes. Os trabalhadores da UFRJ vão às urnas nos dias 24, 25 e 26 de agosto.

Conheça mais propostas das chapas 1 e 2.

Páginas 4 e 5



MÍRIAM E GERCINO, dois dos quatro integrantes da Comissão

DOIS PONTOS

Saudades leva aposentada a criar comunidade no Orkut

Marise de Souza França tinha 18 anos quando começou a trabalhar na UFRJ. Até a aposentadoria, em 1991, trabalhou na Secretaria de Ensino da Escola Técnica, na Cidade Universitária. Dos campi da universidade, a técnica-administrativa em educação extraiu muito mais que uma carreira profissional como servidor público: fez os melhores amigos de sua vida, se apaixonou, casou, teve filhos, se separou.

Para manter viva as lembranças acumuladas — que faz questão de afirmar que foram quase cem por cento boas —, Marise entrou firme na era digital, e aprendeu, como poucos da sua geração, a lidar com as redes sociais de relacionamento. E em 1997 criou a comunidade Aposentados da UFRJ no Orkut. O convite à retomada da convivência de antigamente, nem que seja pela internet, é feita assim:

“Jovens aposentados da terceira idade que fizeram parte do corpo técnico-administrativo e docente da UFRJ: não fiquem de braços cruzados e não deem chances aos grandes vilões artroses, artrites etc. Participem desta comunidade deixando seu recado, reencontrando seus antigos amigos e conhecendo novos de outras unidades. Vamos brincar navegando nessa tecnologia virtual. Afinal, navegamos no mesmo barco.”

Com esse carinhoso convite, Marise espera, finalmente, agitar a comunidade dos aposentados da UFRJ no Orkut, que até agora não conquistou seguidores. “Tenho certeza de que, assim como eu, a maioria sente saudades dos amigos que fez durante o período ativo na universidade. Éramos uma família inseparável; portanto, temos muito a trocar ainda”, afirma Marise, hoje com 63 anos e apaixonada por um internauta.



MARISE, na redação do SINTUFRJ, mostra a página no Orkut

Informes da assessoria jurídica

Esclarecimento — A assessoria jurídica do SINTUFRJ informa que a recente decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) no Acórdão nº 1.222/2010 não se trata de determinação de descongelamento das

ações judiciais. A orientação do TCU é para que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) verifique e acompanhe as ações que pleiteiam a suspensão dos efeitos do Acórdão nº 2.161/2005 (descongela-

mento) e somente adote providências após o julgamento em definitivo da questão pelo Superior Tribunal Federal (STF).

3,17% — Na última semana o SINTUFRJ ingressou com recurso de

apelação contra a decisão da juíza da 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro que extinguiu a execução dos 3,17% que será julgado pelo Tribunal. Também no mesmo dia os advogados apresentaram diretamente no Tribu-

nal requerimento contra a decisão da juíza que indeferiu expedição dos RPVs/precatórios dos valores incontroversos, ou seja, valores já reconhecidos pelo governo. O recurso ainda não foi apreciado.

Assistentes sociais conquistam 30 horas de trabalho

Na terça-feira, 3 de agosto, o Senado aprovou o Projeto de Lei da Câmara 158/08, que fixa em 30 horas semanais a jornada de trabalho dos assistentes sociais. A proposta

acrescenta dispositivos à Lei nº 8.662/93 e garante ainda a adequação da jornada, sem redução de salário, aos profissionais com contrato de trabalho em vigor. Agora só falta a assina-

tura do presidente da República.

O autor do projeto, deputado federal Mauro Nazif (PSB-RO), justifica sua iniciativa afirmando que os assistentes sociais inte-

gram uma categoria cujo trabalho leva rapidamente à fadiga física, mental e emocional, porque atuam com pessoas que passam pelos mais diversos problemas, seja

em hospitais, presídios, clínicas, centros de reabilitação ou outras entidades destinadas ao acolhimento e à reinserção da pessoa na sociedade.

Aposentadoria especial para servidor

O governo federal publicou há duas semanas norma que concede ao servidor público o benefício da aposentadoria especial. Enquanto o Planalto age, a Câmara analisa duas propostas de regulamentação da aposentadoria especial do servidor público que trabalha em atividades de risco à saúde ou à integridade física.

A antecipação do benefício foi feita pelo Ministério da Previdência Social, que publicou instrução normativa concedendo a aposentadoria especial. A regra, que estende ao servidor público um benefício já concedido aos trabalhadores das empresas privadas, vai vigorar até a aprovação dos PLPs em tramitação na Câmara.

Um dos projetos de lei complementar que estão na Câmara é do próprio Executivo (PLP 555/10). Os dois projetos concedem o benefício caso o servidor tenha cumpri-

do o tempo mínimo de dez anos de exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, independentemente da idade.

O Executivo exige que o servidor tenha exercido a atividade de risco por, no mínimo, 25 anos — é esta regra que está valendo a partir de agora. Já o PLP 472/09, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), cria faixas de 15, 20 e 25 anos, dependendo do grau de risco da atividade.

Nota do SINTUFRJ: Chamamos a atenção que esta aposentadoria especial diminuirá significativamente a remuneração do servidor, visto que é calculada sobre média salarial e o reajuste pago é pelo Regime Geral da Previdência Social. Logo não recomendamos.

Licença-maternidade de seis meses

Por unanimidade, os senadores presentes à sessão de terça-feira, 3 de agosto, aprovaram a proposta de emenda à Constituição (PEC) que institui a licença-maternidade de 180 dias. A lei atual prevê 120 dias de licença de trabalho. O pro-

jecto aprovado em segundo turno será submetido agora ao exame da Câmara. Se, aprovado, todas as mulheres passarão a ter direito à licença-maternidade de seis meses.

Algumas categorias já possuem acordos ratificados. O bene-

fício é oferecido por empresas que participam do Programa Empresa Cidadã, estabelecido pela Lei nº 11.770, em vigor desde 2009, que deduz os impostos federais caso elas estendam a licença em dois meses.

Políticas Públicas para as Mulheres

A Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT-RJ e a Secretaria de Combate ao Racismo e de Promoção da Igualdade Racial convidam trabalhadores (homens e mulheres) de todas as categorias para o seminário “Políticas Públicas para as Mulheres”, nos dias 10 e 11 de agosto, no auditório da Central (Avenida Presidente Vargas, 502,

15º andar, Centro do Rio), quando será lançada a Campanha Igualdade de Oportunidades. O seminário discutirá como as mulheres se comprometem e se articulam com o Poder Público Estadual. A abertura será na terça-feira, 10 de agosto, às 14h. Neste evento a Central marcará a importância do Dia Internacional da Mulher Negra da América Latina e do

Caribe, comemorado em 25 de julho, homenageando cinco mulheres negras com o Diploma Lelia Gonzalez, na quarta-feira, 11 de agosto, a partir das 18h30.

Outras informações pelos telefones (21) 7716-1674/9294-3921 com Glória Maria Alves Ramos, secretária de Combate ao Racismo e de Promoção da Igualdade Racial.

RECURSOS HUMANOS

Falta de pessoal preocupa Prefeitura da UFRJ

Levantamento indica que em dois anos as aposentadorias aumentarão o déficit de pessoal

Levantamento da Seção de Pessoal da Prefeitura da Cidade Universitária aponta que até 2012 haverá um número significativo de aposentadorias. Atualmente, além dos 543 funcionários da casa, há a necessidade de mais 140. Outro problema é a extinção gradativa de cargos.

De acordo com a chefe de Pessoal da Prefeitura, Elisete Nunes, os setores que serão mais atingidos com as aposentadorias são manutenção, eletromecânica e redes. “Esses setores reúnem a maior parte do efetivo da Prefeitura, e vai ser complicada a reposição de pessoal, até mes-

mo por conta da extinção de cargos”, avalia.

Só na compulsória

Segundo Elisete, muitos trabalhadores da Prefeitura já podem se aposentar por tempo de serviço, mas preferem esperar completar 70 anos de idade e sair na aposentadoria compulsória.

“Essa é uma realidade nossa. A maioria dos nossos trabalhadores está envelhecida e isso demanda uma preocupação com sua saúde. Por isso o investimento na qualidade de vida e no esclarecimento de que aposentadoria não é o fim, mas o começo de uma outra fase”, diz Elisete.

Ela explica que os projetos e atividades para preservar a qualidade de vida dos trabalhadores da UFRJ são exatamente para minimizar o impacto do envelhecimento e procurar esclarecer o trabalhador de que não é necessário esperar completar 70 anos para parar de trabalhar. “A idade avançada e ainda no exercício do cargo faz com que muitos fiquem doentes ou acabem falecendo”, alerta.

O trabalhador que se aposenta precisa saber que ele tem o apoio da instituição e a valorização por todos os anos dedicados à universidade. “Precisamos ter formas de agradecimento e gratidão, mos-

trando o quanto eles foram importantes para a instituição”, diz, acrescentando: “O prefeito Hélio de Mattos valoriza muito o lado humano dos funcionários, por isso o desenvolvimento de tantos projetos e atividades para incentivar a qualidade de vida.”

Preparar profissionais

Na opinião de Elisete, a universidade deveria investir mais na formação dos trabalhadores de gestão de recursos humanos.

“Infelizmente fica muito centralizado na PR-4 e os funcionários de Recursos Humanos das unidades acabam perdendo oportunidades

valiosas de troca de experiências positivas em outras universidades. Por insistência do prefeito, conseqüentemente participou do 30º Encontro Nacional de Dirigentes de Pessoal de Recursos Humanos das Instituições Federais de Ensino.

O que vi e ouvi foi muito enriquecedor. Em relação aos aposentados, por exemplo, há placas de agradecimento e homenagens. Eles precisam se sentir importantes, lembrados, mas quando se aposentam, acabam esquecidos”, relata a chefe de Pessoal que está na Prefeitura na função desde 1997. Ela entrou na UFRJ em 1988.

Fotos: Cicero Rabello



ELISETE NUNES admite que aposentadorias aprofundam a falta de mão de obra, e diz que a maioria dos trabalhadores da Prefeitura está envelhecida

Prefeito defende concurso

Segundo o prefeito Hélio de Mattos, com as aposentadorias não haverá descontinuidade de nenhum serviço que a Prefeitura da UFRJ executa hoje, e nem os previstos no seu Programa de Reestruturação e Expansão (PRE). Mesmo assim ele defende a realização de concurso público como sendo a única saída para repor o quadro de pessoal, e não a terceirização de serviços por meio de contratação de empresas para substituir a mão de obra do servidor público.

“Pessoalmente defendo que todo posto de trabalho permanente no serviço público seja ocupado por um trabalhador concursado. Tem que haver novos concursos para reposição dos cargos vagos e para a expansão necessária ao desenvolvimento das políticas públi-

cas. Essa é uma luta que temos que travar no dia a dia. Faz parte dessa luta a defesa da qualidade do serviço público e das políticas públicas com a valorização do trabalhador no serviço público e contra a terceirização e todas as formas de flexibilização e/ou precarização das relações entre capital e trabalho, como a criação das fundações públicas de direito privado no serviço público.”

De acordo com o prefeito, com a Reforma Gerencial do Aparelho do Estado, a maioria dos cargos foi extinta e com isso a UFRJ terceirizou os serviços de limpeza e conservação, vigilância, portaria predial, jardinagem, poda e capina, e varrição. Para boa parte desse efetivo que está envolvido na manu-

tenção urbana das vias públicas, a solução está sendo a contratação de empresas para execução desses serviços. Para o prefeito, é importante o rigor na fiscalização desses contratos para que as leis trabalhistas sejam cumpridas e assim se evitar a precarização das relações trabalhistas.

Mas Hélio alerta: se não houver a reversão da terceirização — que já se dá no serviço de jardinagem, poda, capina e varrição —, ela pode se estender para outras áreas.

Nota da redação: Suprir a escassez de pessoal concursado contratando mão de obra terceirizada não tem o apoio do movimento sindical dos técnicos-administrativos das Ifes.





CONSTRUINDO NO RUMO CERTO

Editorial Chapa 2

Novos desafios no rumo certo

O governo que emergirá das urnas depois de 15 de novembro certamente fará com que a luta dos sindicatos e movimentos sociais ganhe novos contornos diante dos projetos em disputa.

Neste quadro a eleição de 2010 está polarizada em torno de dois projetos antagônicos. De um lado a candidatura tucana, que representa o que a classe trabalhadora brasileira sempre combateu. De outro a candidatura de Dilma Rousseff, que dialoga com a nossa plataforma, representando a continuidade da ruptura com o modelo neoliberal, aprofundando e consolidando o projeto democrático-popular.

O Governo Lula nestes oito anos, mesmo com suas limitações e contradições - apontadas e combatidas com mobilizações, greves, marchas da classe trabalhadora etc. -, representou uma interrupção do processo de desmonte do estado e entre outros aspectos que demonstraram o alcance das políticas implementadas como a valorização do salário mínimo, o fortalecimento do papel do Estado como indutor do desenvolvimento e a aplicação de recursos significativos nas políticas de alcance social.

Se diante de mobilizações houve avanços, como a abertura de negociações com os servidores, as mesas de discussão e a consequente conquista de planos e novas tabelas, há desafios importantes em curso, como a luta pelo fim do fator previdenciário; a aprovação da PEC 231/95, que institui a Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salários - medida essencial para manter e gerar empregos com a melhoria da qualidade de vida e inclusão social; e a valorização do salário mínimo.

Mesmo com inegável evolução, é urgente a conquista de novos avanços que modifiquem a realidade do povo brasileiro, carente ainda de educação, saúde, cultura, habitação, mais desenvolvimento humano, e muito, muito mais políticas públicas!

Nesse desenho, as eleições do SINTUFRJ trazem à pauta de discussão pontos fundamentais, como a PEC 270/08, que propõe restituir aos servidores que se aposentaram por invalidez a aposentadoria integral; a PEC 555/06, que impõe o fim do desconto do PSS para os aposentados(as) e a regulamentação do direito à negociação coletiva para os servidores públicos federais, estaduais e municipais, ainda em negociação.

Dar continuidade às conquistas dos servidores da UFRJ é tarefa para o dia-a-dia da direção do Sindicato.

Seja qual for o resultado das urnas, o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras terá de dar respostas. E elas certamente virão das bases.

Nós da **CHAPA 2 - CONSTRUINDO NO RUMO CERTO** acreditamos nisso.

UNIR TODA A CATEGORIA. Fortalecer ainda mais o SINTUFRJ através das organizações por locais de trabalho. É hora de quebrarmos correntes. O SINTUFRJ é dos trabalhadores e trabalhadoras da UFRJ.

Quem é de luta, mostra que é



É chegada a hora de o SINTUFRJ se encontrar com ele mesmo. Da eleição que acontece nos próximos dias 24, 25 e 26 de agosto apenas uma chapa sairá vencedora. Até este momento a direção do Sindicato esteve literalmente dividida em duas (12 a 12), por conta da proporcionalidade. Portanto, é **MENTIRA** a afirmação de que há uma **MAIORIA** na direção.

O desafio, que coube aos doze diretores que permaneceram na luta diante da decisão de nossos opositores da outra chapa de **ABANDONAREM A CATEGORIA**, foi grande. Entretanto, jamais fugiram das batalhas ou se afastaram da base. Per permaneceram como **GUARDIÃES** do Sintufrj, não apenas para que ele continuasse de pé e desse respostas às reivindicações da categoria, mas fundamentalmente para resguardá-lo de fato.

Todos nós temos, agora, a oportunidade de colocar o SINTUFRJ no rumo certo, protegido de oportunismos e aparelhamento, voltado exclusivamente para a luta, realizações e conquistas de trabalhadores e trabalhadoras da UFRJ.



Sindicato perde recurso e processo dos 3,17% continua extinto

Mas a atual Direção omitiu a informação da categoria até a edição deste jornal

É lamentável, mas é verdade

E por que a direção não nos informou isso?

Nosso sindicato chegou a um nível de fragilização tão grande que hoje, além de não conquistarmos mais nada, começamos a perder o que temos.

Mas não vamos desistir. Vamos buscar as formas jurídicas para desarquivar os 3,17% e começar de novo o processo.

Descongelamento das Ações judiciais

Vários sindicatos do serviço público entraram na justiça questionando a constitucionalidade do Acórdão 2161/2005 do Tribunal de Contas da União (TCU), que congela as ações judiciais (o SINTUFRJ não entrou).

Já visualizando a possibilidade dessas ações serem vitoriosas, o TCU orientou o Ministério do Planejamento que somente descongele as ações judiciais quando os processos forem julgados pelo Supremo Tribunal Federal.

Lamentavelmente, o SINTUFRJ não entrou com esta ação. Mas não vamos ficar parados.

Uma consulta jurídica se faz necessário para saber se ainda podemos entrar na justiça ou, caso as ações dos outros sindicatos saiam vitoriosas, se a decisão pode se estender a nós.

E para essa ação, nosso sindicato precisa de uma representação respeitada politicamente, que possa ser recebida em todos os fóruns, e não foi isso que aconteceu em Brasília com a representação da TRIBO. Nunca na história do SINTUFRJ nossa representação sindical foi impedida de sentar-se à mesa de negociação. A falta de autoridade e capacidade de negociar nossos interesses ficaram latentes quando somente o assessor jurídico foi autorizado a subir. Isso não pode se perpetuar, pois mancha e compromete em muito a credibilidade de nosso sindicato.

Não vamos mais assistir passivamente

- Às desastrosas ações da maioria da direção do sindicato que, com pouca seriedade, tentou tirar proveito político com nossos ganhos judiciais e quase nos levaram a perder os 26% e nos fizeram perder os 3,17%;

- Até ação judicial por assédio moral nosso sindicato está respondendo;

- À falta de prestação de contas (nenhum balancete foi publicado até hoje);

- Ao Jornal do SINTUFRJ ser transformado num verdadeiro álbum de fotografia da maioria da direção do sindicato;

- As Assembleias Gerais acontecerem no horário em que a maioria da categoria está impossibilitada de participar;

- À insolvência financeira do sindicato, por conta das ações trabalhistas;

- Pior de tudo é a falta de iniciativa para reverter as derrotas que estamos tendo;

Percorrendo os corredores da UFRJ, percebemos um grande desestímulo dos sindicalizados. Muitos externam a vontade de se desfiliarem do sindicato por não acreditarem na possibilidade de mudança.

A saída não é essa. Ao contrário, nosso sindicato necessita justamente que nos unamos para tirá-lo deste atoleiro.

Propaganda enganosa

O Curso Pré-Vestibular do SINTUFRJ é um projeto criado em 1986, de êxito indiscutível, que beneficiou centenas de sindicalizados e seus familiares.

No decorrer desta gestão, a maioria da atual direção dedicou boa parte de seu tempo a perseguir os professores deste Curso, com o intuito de desestimulá-los para que viessem pedir demissão. Em alguns momentos cortavam o salário do mês que já havia sido trabalhado, e em outros expunham os seus contracheques na Internet, sem contar os constrangimentos em sala de aula.

Infelizmente, alguns professores não aguentaram a pressão e saíram do Curso, assim como vários estudantes.

Além do prejuízo acadêmico que o Curso sofreu, o SINTUFRJ já amarga um enorme prejuízo financeiro, que hoje soma algo em torno de R\$ 400 mil (quatrocentos mil reais), fruto das ações trabalhistas.

Apesar disso tudo, o Curso manteve seu bom rendimento, e numa turma de aproximadamente 60 alunos, 30 passaram para universidades, sendo que destes, 20 foram para universidades públicas.

Não vimos nenhuma nota informando isso. Mas vimos uma página inteira do Jornal do SINTUFRJ dedicada à propaganda do Curso terceirizado que esta gestão contratou.

Agora na campanha eles se comprometem a fortalecer o Curso do SINTUFRJ.

Isso é o que podemos chamar de pro-

É Hora de Um Novo Começo

Vivemos nesta eleição um momento singular.

Ou damos um salto de qualidade e reolocamos o sindicato no cenário político nacional, retomando nossa credibilidade, ou assinaremos a sentença de descrédito total a toda história de lutas construída ao longo de todos esses anos.

Vamos estar expostos a comentários de todo tipo, que é bem peculiar a quem não tem argumentos para uma discussão fundamentada em argumentos sólidos, mas isso não vai nos abater e vamos responder colocando somente a veracidade dos fatos, a nós só isso interessa.

A escolha da nova direção depende essencialmente da participação maciça de todas e todos, e é fundamental ir às urnas e escolher o destino que se quer para o SINTUFRJ.

Nos dias 24, 25 e 26 Vote CHAPA 1

RAÇA E ETNIA

Estatuto da Igualdade Racial sob a ótica da militância

As várias opiniões sobre o documento aprovado pelo Congresso Nacional. A CUT também se manifestou

Embora se possa considerar um avanço a conquista da primeira lei a dispor sobre os direitos da população negra, o Estatuto da Igualdade Racial sancionado pelo presidente Lula, no dia 20 de julho, para muitos não foi motivo de grandes aplausos diante da descaracterização que sofreu por pressão das forças contrárias.

O presidente Lula reconhece que para se avançar na promoção da igualdade racial é importante ouvir as críticas às mudanças que o Estatuto sofreu no Senado. Na Comissão de Constituição e Justiça houve a supressão pelo relator, senador Demóstenes Torres, do capítulo que assegurava cotas para negros nas universidades. O que provocou enorme protesto.

Entre os representantes de vários segmentos dos movimentos – muitos deles protagonistas da luta negra no país – as opiniões se dividem. Nas páginas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) na internet longos manifestos foram registrados desde a aprovação do Estatuto no Senado até a sua sanção no dia 20 de julho, e a maioria revela o sentimento comum de que se não foi o ideal, sim, a conquista possível.

O respeitado intelectual Kabengele Munanga, antropólogo e professor da Universidade de São Paulo, manifestou-se a favor do documento: “O resultado obtido com a aprovação deste estatuto, que passou por numerosas negociações, acompanhadas de modificações, é muito significativo para uma luta com armas tão desiguais.”

“Mesmo que não seja o esperado, é o horizonte possível dentro do jogo de forças que existe na sociedade. Diante do Estatuto, temos a tarefa de fazer gerar outros frutos, voltados à inclusão cidadã dos afro-brasileiros”, comentou o padre Ariantonio dos Reis, assessor da Pastoral Afro-Brasileira da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Eduardo de Oliveira, presidente do Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB), acha a aprovação do Estatuto pelo Senado o fato mais significativo em termos políticos destes últimos séculos: “Poderíamos chamar de Consolidação das



Resposta da CUT ao documento aprovado

Após a aprovação no Congresso Nacional do Estatuto da Igualdade Racial, no dia 16 de junho de 2010, fruto de um acordo realizado pela Seppir (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e o senador Demóstenes Torres/DEM, considerando as inúmeras manifestações de insatisfação externadas, por vários setores do movimento negro, e a grande repercussão que a sanção deste pelo presidente da República poderá gerar na sociedade brasileira, a CUT Brasil reconhece:

1 – A correlação de forças no Congresso Nacional é extremamente desfavorável aos interesses dos trabalhadores/as em geral e mais ainda difícil quando se trata de questões raciais, como neste caso específico, em que se constata a pequena parcela de parlamentares negros/as. Portanto, a maioria das matérias aprovadas ali só o é mediante a realização de acordos prévios;

2 – A dívida histórica do Estado brasileiro para com a população negra, principal força de trabalho a contribuir na formação da riqueza do país;

3 – A promulgação da Lei Áurea, e o fim da escravidão dos negros e negras no país, não significaram e inclusão destes no mercado de trabalho e na sociedade brasileira;

4 – O avanço representado pela criação da Seppir e a instituição do CNPIR (Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial) no desenvolvimento e consolidação das ações afirmativas que objetivam a diminuição das desigualdades sociais no país;

5 – O descontentamento da elite racista que insistentemente se mobiliza para combater e inviabilizar os avanços e conquistas alcançados pela sociedade brasileira no processo de consolidação da democracia e de reparação das injustiças seculares que o Estado Brasileiro se propõe;

6 – A percepção do movimento sindical cutista em debater e propor ações para combater o preconceito e a discriminação racial no ambiente de trabalho, iniciado em 1992 com a Comissão Nacional de Combate ao Racismo e transformada em agosto de 2009 na Secretaria Nacional de Combate ao Racismo.

Em face do acima exposto, a Executiva Nacional, reunida no dia 7 de julho de 2010, resolve se posicionar favorável à sanção pelo Presidente da República do Estatuto da Igualdade Racial, reconhecendo os limites contidos na proposta aprovada, mas entende a necessidade de se ter uma lei que possa regular, ainda que de forma tímida, e servir de referência no combate ao racismo no país. Portanto, entende a necessidade da organização e mobilização do movimento negro para avançar e conseguir novas conquistas.

Leis do Trabalho da Negritude em Nosso País”.

“Por mais que reconheça as limitações existentes, a União de Negros pela Igualdade (Unegro) não cairá na armadilha a que alguns não resistiram, de negar o Estatuto na sua inteireza. (...) Neste sentido, o Estatuto consolida uma nova ordem legal, após 122 anos desde a abolição formal da escravatura, cujos propósitos atualizadores encontram amparo na Constituição, na Declaração e no Plano de Ação de Durban”, diz trecho da carta de Edson França, coordenador-geral da Unegro.

Para o fundador da Educafro, Frei David, o Estatuto revigora a militância negra no Brasil. Segundo avalia, o documento teve trajetória similar ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), alvo de embates e que já sofreu mais de 150 emendas: “Todos aqueles que se sentiram derrotados em determinados aspectos usaram do poder de políticos de partidos, deputados, senadores para introduzir aperfeiçoamentos ao ECA. Portanto, é preciso que a comunidade negra entenda que este é o processo democrático: nenhum Estatuto sai perfeito na primeira versão. (...) Tenho certeza de que esse é o mesmo caminho que nós negros vamos seguir.”

Em carta aberta ao presidente da República, ao ministro da Igualdade Racial e ao Senador Paulo Paim, Abdias Nascimento, do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros avalia que, mesmo com a intervenção de forças políticas contrárias, ele constitui uma referência jurídica de apoio à ação social em busca de reais avanços. Diz ele: “A sanção do Estatuto, nos termos negociados, não me inspira qualquer sensação de alegria, euforia ou ufanismo, e muito menos de vitória. Todos nós sabemos que, no processo de negociação do texto, prevaleceu o peso das forças contrárias a ponto de descaracterizá-lo de forma significativa. (...) É mais do que tínhamos antes, sim: é uma referência jurídica ova, sim. Mas o ganho é ínfimo diante das justas demandas da população negra e diante dos próprios avanços que o movimento social já conseguiu construir.”

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Lei Maria da Penha favorece reação das vítimas

Ato no Centro do Rio reúne militantes e parlamentares, que lembram o início da aplicação da lei

Fotos: Cícero Rabello



MILITANTES e parlamentares nas escadarias do Palácio Tiradentes. Ao lado, Rosângela Celem, da Superintendência de Direitos da Mulher da Secretaria de Estado de Direitos Humanos



Para comemorar os quatro anos de vigência da Lei Maria da Penha, a presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), deputada Inês Pandeló (PT-RJ), organizou, no dia 5, nas escadarias do Palácio Tiradentes, uma manifestação em repúdio aos assassinos de mulheres que reuniu parlamentares e militantes.

Um varal estendido nas escadarias do palácio mostrava casos de 60 mulheres assassinadas por seus companheiros ou ex nos últimos dois meses e meio. Entre eles, Mércia Nakashima e Eliza Samudio, que tiveram repercussão nacional. Pandeló convocou os manifestantes a fazer um minuto de apitação em respeito às vítimas.

Primeiro avanço

A deputada explicou que a Lei Maria da Penha, considerada uma das normas mais avançadas no mundo sobre violência doméstica, representou uma grande conquista e tem salvado muitas vidas. “Precisamos agora garantir sua aplicação de maneira uniforme pelo Judiciário, delegacias e outros setores da segurança pública e reforçar os aspectos educativos e preventivos da lei”, apontou a parlamentar, frisando que ainda há resistências no cumprimento da lei. Como exemplo, citou o caso Eliza Samudio, que antes de desaparecer procurou uma delegacia para denunciar que estava sendo ameaçada pelo goleiro Bruno, e se o caso tivesse sido classificado na Lei Maria da Penha e na Justiça Criminal, ela teria contado com proteção.

Rosângela Celem, da Superintendência de Direitos da Mulher da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, informou que o número de centros de atendimento à mulher cresceu: hoje há 24, enquanto há dois anos havia apenas sete fornecendo instrumentos para uma melhor resposta no apoio às mulheres. Para ela, entre os avanços da Lei Maria da Penha estão as medidas protetivas.

Luta não para
A deputada federal Cida Diogo (PT-RJ) apontou a necessidade de “continuar avançando” e citou a necessidade de ampliação, no país, do número de juizados especiais e de serviços de apoio às vítimas e aos homens violentos que pedem assistência.

Luta não para

O deputado Alessandro Molon (PT-RJ) lembrou que essa luta é importante para toda a sociedade: homens, mulheres e seus filhos, para que entendam que a mulher precisa ser respeitada.

A assistente social do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar, Glícia Pessanha, fez um alerta aos presentes ao ato: “Situações de violência não fazem parte da sociedade democrática, usem a justiça, vão à delegacia. Estamos aqui para apoiar a mulher na garantia pelo seu direito à vida e à liberdade, a uma vida sem violência para ela e sua família.”

A ex-secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, Benedita da Silva, comemorou os avanços e a implementação de políticas de combate à violência contra a mulher e desejou que nos próximos quatro anos haja mais informações e mais políticas.

Histórico da lei

Afinal, como é esta lei? Como surgiu? A lei “pegou” na sociedade? Está sendo respeitada pelas autoridades? Quais são as estatísticas de violência contra a mulher no Brasil?

Dados do governo dão conta que as denúncias cresceram quase 100% em relação ao mesmo período do ano passado, o que seria um dos resultados positivos da Lei Maria da Penha. No mínimo porque estas questões, com a popularização da lei, começam a ter visibilidade e ser levadas a sério: os homens

não estão brincando quando ameaçam suas mulheres.

Aliás, quem dá nome à Lei nº 11.340 é a biofarmacêutica Maria da Penha, vítima das agressões de seu marido durante seis anos. Por fim, ele tentou assassiná-la. A primeira vez, com arma de fogo, o que a deixou paraplégica. A segunda, por eletrocução e afogamento. Depois de 19 anos de julgamento, ele ficou apenas dois anos em regime fechado.

Sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006, a lei para coibir a

violência contra a mulher dispõe também sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e altera o Código Penal, aumentando o rigor das punições.

A Lei Maria da Penha prevê medidas como a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação da mulher agredida e filhos. E possibilita, por exemplo, que os agressores sejam presos em flagrante ou tenham prisão preventiva decretada. Eles não podem mais ser punidos com penas alternativas.

Mapa da Violência

Estudo conhecido como Mapa da Violência no Brasil 2010 (do Instituto Zangari, com base nos dados do Data SUS aponta que em dez anos, dez mulheres foram assassinadas por dia no Brasil. Entre 1997 e 2007, 41.532 mulheres morreram vítimas de homicídio.

Dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro indicam que no ano de 2008 hou-

ve 20.216 vítimas de ameaça. Em 2009 o número subiu para 24.310. Em 2008 foram registrados 26.876 casos de lesão corporal. Em 2009, 30.103 casos.

O Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres) registrou, de janeiro a junho de 2010, 343.063 atendimentos – um aumento de 112% em relação ao mes-

mo período de 2009. Foram apuradas 8.913 ameaças. Em 50,3% dos casos as mulheres reportam risco de morte.

Os crimes de ameaça somados à lesão corporal representam cerca de 70%. O percentual de mulheres que declaram não depender financeiramente do agressor é de 69,7%; 68,1% dos filhos presenciam a violência e 16,2% sofrem junto com a mãe.

Ranking nacional

São Paulo lidera com 47.107 atendimentos, seguido da Bahia (32.358) e Rio (25.274).

Tipos de violência

Dos 62.301 relatos de violência, 36.059 correspondem a violência física; 16.071, a violência psicológica; 7.597 a violência moral, 826 a violência patrimonial e 1.280, à violência sexual, além de 229 situações de tráfico e 239 casos de cárcere privado.

Perfil

67,3% das mulheres que ligam para a central têm entre 25 e 50 anos.

48,3% têm nível fundamental de escolaridade.

73,4% dos agressores têm entre 20 e 45 anos; 55,3% com nível fundamental.

Fontes: Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher/ Wikipédia/ Portal Violência Contra a Mulher.

Denuncie pelo SOS Mulher da Alerj: 0800 282 0119.

Formando novos talentos e investindo na pesquisa

A ópera, em todas as suas formas é o centro das comemorações que começam dia 9 de agosto

A mais antiga instituição de ensino musical do Brasil, a Escola de Música da UFRJ, comemora seu aniversário com um gênero dramático-musical criado há mais de 400 anos: a ópera. Será uma semana, de 9 a 13 de agosto, em que a ópera ganhará a cena em abordagens não só por meio das tradicionais árias e conjuntos, mas também em versões instrumentais de câmara, às 18h30, no Salão Leopoldo Miguez. Tudo feito e produzido por alunos, funcionários técnico-administrativos e professores da Escola sob a coordenação do Setor Artístico.

Faz parte da comemoração a realização do I Simpósio Internacional de Musicologia, que será realizado na sala da Congregação e reunirá alguns dos maiores especialistas brasileiros e estrangeiros em conferências e mesas de debates. O tema será “A atualidade da ópera”. Ainda haverá a exposição “Ópera em manuscrito”, no foyer (uma sala de espera que dá acesso à plateia no 2º andar), que levará ao público, parte do acervo da Biblioteca Alberto Nepomuceno, composto por autógrafos e cópias manuscritas de partituras de óperas do século XIX de autores brasileiros e estrangeiros.

O atual diretor e regente da Orquestra Sinfônica da UFRJ, André Cardoso, diz que a história da Escola de Música se confunde com a própria história da música em nosso país: “Por aqui passaram nomes importantíssimos, tanto da música de concerto como da popular, começando por um de seus fundadores, Francisco Manoel da Silva, que é o autor do Hino Nacional Brasileiro. Depois dele vieram outros tantos como Carlos Gomes, Joaquim da Silva Callado, Patápio Silva, Anacleto de Medeiros, Leopoldo Miguez (autor do Hino da República), Alberto Nepomuceno, Henrique Oswald, Francisco Braga (autor do Hino à Bandeira), Villa-Lobos, Lorenzo Fernandez, Francisco Mignone, Guerra-Peixe. O recém-falecido maestro Paulo Moura foi nosso aluno. A lista é tão grande que vou ficar apenas nos compositores.”

Segundo ainda Cardoso, o papel que a Escola de Música desempenha hoje é em parte o mesmo de 162 anos atrás, ou seja, formar músicos para as mais diversas atividades musicais profissionais através de seus cursos básicos, intermediários e de graduação, que oferece 24 habilita-



Espetáculos no mês de agosto

O diretor do Setor Artístico, Eduardo Biato, explica que a ideia do tema comemorativo de aniversário foi pensado no ano passado e amadurecido ao longo dos meses com a equipe. “Vamos mostrar a ópera que não é só cantada, mas tocada, e quase todos os profissionais que atuam são professores, alunos, funcionários e músicos da própria Escola. As adaptações também foram feitas pelos profissionais da Escola de Música.

Biato, que percorreu a Escola com a imprensa do SINTUFRJ para mostrar sua riqueza arquitetônica e histórica, é um apaixonado tanto pela música quanto pela arquitetura do lugar. Formou-se antes em arquitetura pela UFRJ do que em música, e desde 1997 é professor da instituição. Ele se entusiasma ao falar sobre a missão da Escola de Música e da universidade: “É sempre importante pensar que a Escola

é pra ser pensada e estudada, ou através da musicologia, ou através da interpretação ou através da criação. É sempre importante que a universidade se mostre naquilo que tem e faz de melhor.”

Programação

Na segunda-feira, 9 de agosto, às 12h30, apresentações livres da Orquestra Juvenil da UFRJ, no hall da Escola. Às 18h30 acontece a série de concertos no Salão Leopoldo Miguez voltada para a ópera. A grande atração desta segunda-feira é o diretor e regente da Orquestra Sinfônica da UFRJ, André Cardoso, e a soprano Maíra Lautert, aluna do bacharelado em canto e terceira colocada do recente Concurso Nacional de Canto Lírico/Ópera. Será uma noite de árias, aberturas e prelúdios de óperas.

Na sexta-feira, 13, data de fundação da Escola de Música, o conjunto instrumental formado por Eduardo

Monteiro (flauta), Flávio Augusto (piano), Felipe Prazeres (violino), Ivan Zandonade (viola) e Mateus Ceccato (violoncelo) executará peças de Chopin, Carlos Gomes, Paul Taffanel e Henri Mouton, com base em temas de óperas, encerrando com trechos do “O barbeiro de Sevilha”, de Rossini.

Toda a programação encontra-se no site www.musica.ufrj.br.

Simpósio

Na conferência de abertura o convidado é Mário Vieira de Carvalho, da Universidade Nova de Lisboa e ex-ministro da Cultura de Portugal. De acordo com a presidente das Comissões Organizadoras do Simpósio, Maria Alice Volpe, a temática escolhida propicia uma reflexão importante para a própria história da Escola, que teve como missão inaugural a formação de cantores para a ópera nacional.

sucesso, como Ópera na UFRJ, Panorama da Música Brasileira Atual e o Piano na Música de Câmara. Nossa produção artística é expressiva e a Escola de Música é responsável por boa parte da oferta de concertos em nossa cidade, todos com entrada franca”, informa o diretor da Orquestra Sinfônica da UFRJ.

Mas não é só da área de produção que André Cardoso se orgulha: “Te-

mos um quadro de servidores excelentes que é fundamental para a viabilização de nossas atividades, tanto artísticas quanto acadêmicas. Possuímos um grande quadro de servidores músicos que atuam na orquestra como pianistas acompanhadores, além de desenvolverem uma carreira artística expressiva fora da UFRJ, o que é motivo de grande orgulho para nós.”

A Escola de Música e suas relíquias

Fundada como Conservatório Imperial em 1848, tornou-se Instituto Nacional de Música em 1890. Consta entre as primeiras instituições de ensino da Primeira República. Incorporada como Escola Nacional de Música à Universidade do Brasil em 1937 e após sua designação, em 1965, como Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1980, tornou-se a primeira instituição de ensino superior de música no Brasil a implantar a pós-graduação.

Assim como o famoso Órgão Tamburini (em reforma), a Biblioteca Alberto Nepomuceno é uma das riquezas da Escola de Música da UFRJ. Seu acervo é identificado como um dos principais do continente com mais de 100 mil obras. Guarda entre as obras valiosas o manuscrito original do Hino Nacional e a maior coleção de mauricianas do mundo inteiro, tratados de música a partir do século XVI até o século XVIII. “São obras raríssimas, inclusive temos o primeiro tratado de harmonia do mundo que é o Tratado de Rameau. O acervo é muito expressivo e tenho certeza que é o segundo maior acervo de música do Brasil”, declara Dolores Brandão, chefe da biblioteca.

Há 20 anos na Escola, Dolores elogia a equipe, ao todo 12, e recomenda o funcionário Ailton Francisco da Silva para falar ao Jornal do SINTUFRJ: “Ele tem mais de 30 anos de idade e é o responsável pelo setor de partituras impressas”. Ailton, 62 anos, abre um sorriso largo para contar sua história. Seu maior prazer é ter conhecido e ainda ter contato com gente boa e famosa.